



Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos

estudos do programa de
pós-graduação em psicologia
da Universidade Federal
do Ceará (UFC)

João Paulo Pereira Barros
Deborah Christina Antunes
Ricardo Pimentel Mello

Organizadores


Imprensa
Universitária
UFC


COLEÇÃO
DE ESTUDOS DA
PÓS-GRADUAÇÃO

Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos

estudos do programa de pós-graduação em psicologia da
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação

Milton Ribeiro



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

Reitor

Prof. José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque

Vice-Reitor

Prof. José Glauco Lobo Filho

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

Prof. Almir Bittencourt da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Jorge Herbert Soares de Lira



IMPrensa UNIVERSITÁRIA

Diretor

Joaquim Melo de Albuquerque

CONSELHO EDITORIAL

Joaquim Melo de Albuquerque | Presidente

Francisco Jonatan Soares | Diretor da Biblioteca

Titular: Prof. Luiz Gonzaga de França Lopes | Ciências Exatas e da Terra

Suplente: Prof. Rodrigo Maggioni

Titular: Prof. Armênio Aguiar dos Santos | Ciências Biológicas

Suplente: Prof. Márcio Viana Ramos

Titular: Prof. André Bezerra dos Santos | Engenharias

Suplente: Prof. Fabiano André Narciso Fernandes

Titular: Prof^a Ana Fátima Carvalho Fernandes | Ciências da Saúde

Suplente: Prof^a Renata Bessa Pontes

Titular: Prof. Alexandre Holanda Sampaio | Ciências Agrárias

Suplente: Alek Sandro Dutra

Titular: Prof. José Carlos Lázaro da Silva Filho | Ciências Sociais Aplicadas

Suplente: Prof. William Paiva Marques Júnior

Titular: Prof. Irapuan Peixoto Lima Filho | Ciências Humanas

Suplente: Prof. Cássio Adriano Braz de Aquino

Titular: Prof. José Carlos Siqueira de Souza | Linguística, Letras e Artes

Suplente: Prof. Osmar Gonçalves dos Reis Filho

Organizadores:

João Paulo Pereira Barros

Deborah Christina Antunes

Ricardo Pimentel Mello

Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos

**estudos do programa de pós-graduação em psicologia da
Universidade Federal do Ceará (UFC)**



Fortaleza
2020

Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos: estudos do programa de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC)

Copyright © 2015 by João Paulo Pereira Barros, Deborah Christina Antunes e Ricardo Pimentel Mello.

Todos os direitos reservados

IMPRESSO NO BRASIL / PRINTED IN BRAZIL

Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará (UFC)
Av. da Universidade, 2932, fundos – Benfica – Fortaleza – Ceará

Coordenação editorial

Ivanaldo Maciel de Lima

Revisão de texto

Antídio Oliveira

Normalização bibliográfica

Marta Regina Sales Barbosa

Programação visual

Sandro Vasconcellos / Thiago Nogueira

Diagramação

Victor Alencar

Capa

Heron Cruz

Ilustração

Inez Kaúla Machado Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Bibliotecária Marta Regina Sales Barbosa CRB 3/667

P779 Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos [livro eletrônico] : estudos do programa de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) / organizadores João Paulo Pereira Barros, Deborah Christina Antunes, Ricardo Pimentel Mello. - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020. 1680 Kb : il. color ; PDF

ISBN 978-65-990722-1-5

1. Vulnerabilização social. 2. Políticas públicas. 3. Psicologia social. I. Barros, João Paulo Pereira (org.). II. Antunes, Deborah Christina (org.). III. Mello, Ricardo Pimentel (org.).

CDD 150

INTERSECCIONALIDADE COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA: ARTICULAÇÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA E POBREZA

James Ferreira Moura Jr
Vilkiane Natercia Malherme Barbosa
Antonio Ailton de Sousa Lima
Francileuda Farrapo Portela e Vasconcelos
Tássia Oliveira Ramos

INTRODUÇÃO

A pobreza é um fenômeno histórico a serviço da manutenção da desigualdade social (MARTÍN-BARÓ, 1983). Ela teve seu aumento em escala mundial com o crescimento do capitalismo na estrutura do poder e da distribuição de recursos. Após as duas Grandes Guerras no século XX, houve uma relação entre índices de pobreza e crescimento econômico no Terceiro Mundo impactando em condições de vida desiguais. A pobreza coloca-se então como privação de um conjunto de necessidades básicas (SILVA, 2002).

A pobreza considerada a partir somente da dimensão monetária é caracterizada por uma perspectiva unidimensional. Para definição da pobreza, apresentam-se as estratégias de identificação unidimensionais absoluta, relativa, administrativa e subjetiva. A estratégia absoluta é uma referência criada pelo Banco Mundial a partir do cálculo do valor médio da linha de pobreza de países com a conversão da moeda local em dólares,

situando-se na faixa de pobreza quem não ganha \$5,5 dólares por dia, o que equivale aproximadamente a R\$ 406 por mês (IBGE, 2018). Já a estratégia relativa pensa num padrão de pobreza a partir do consumo médio de uma sociedade ou grupo local. Por não dar credibilidade às perspectivas absoluta e relativa, a estratégia administrativa utiliza variadas referências para distribuição de recursos governamentais, como receber menos de R\$ 89 para ter acesso ao programa Bolsa Família ou receber um quarto do salário mínimo para ter acesso ao Benefício Prestação Continuada do Ministério da Previdência Social.

Estabelecer a deficiência de renda como indicador de pobreza é uma perspectiva limitada para a compreensão dessa situação enquanto fenômeno histórico e psicossocial. Para realizar um processo de compreensão mais amplo, é necessário adotar perspectivas multidimensionais da pobreza, que originaram discussões potencializadas a partir de 1970. No entanto, o indivíduo em condições de pobreza também lida com dimensões ideológicas de culpabilização, criminalização e estigmatização da sua situação, podendo causar sofrimento, conformismo, indignação, revolta e resistência (CIDADE; MOURA JÚNIOR; XIMENES, 2012; GÓIS, 2008).

Segundo Amartya Sen (2000), ganhador do prêmio Nobel de economia em 1998, a pobreza necessita ser analisada por uma visão mais abrangente e contextualizada por meio da Abordagem das Capacitações. É necessário identificar as condições de sujeitos e grupos a partir de categorias como igualdade de gênero, acesso a saúde, educação, esporte e lazer; inclusão em políticas de geração de emprego e renda; garantia de direitos básicos, segurança, liberdade civil, liberdade política, liberdade básica de sobrevivência, compreendendo as questões históricas, políticas, ideológicas e psicológicas de sua constituição (MOURA JÚNIOR *et al.*, 2014). A Abordagem das Capacitações preza por liberdades instrumentais cruciais como oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora (SEN, 2000). Portanto, essa concepção ampliada da pobreza fornece as possibilidades de entender e enfrentar as privações vinculadas à raça e ao gênero.

Pensar em estratégias de expansão da liberdade na condição de vida das pessoas passa pela elaboração de medidas avaliativas para a

promoção de políticas públicas, na busca por compreender que há indivíduos e grupos que necessitam de ações específicas por estarem em situação de maior adversidade. A partir dessas medidas, buscam-se estratégias processuais e multidimensionais, otimizando o que a pessoa pode ser em diferentes dimensões de sua vida em prol de seu bem-estar (MOURA JÚNIOR *et al.*, 2014).

Ainda, considera-se que o fenômeno da pobreza também tem produções psicossociais peculiares. A capacidade de enfrentamento em situações de vida adversas é enfraquecida por comportamentos, ideias e sentimentos reforçadores da submissão, alienação e resignação de sua condição. Estar em condição de pobreza conduz a ações, sentimentos e significações relacionados às privações vividas, sendo necessária a compreensão histórica sobre os processos de manutenção da desigualdade social que se vincula à produção da pobreza. Dessa maneira, deve-se partir da abordagem das capacitações para ampliar um conhecimento crítico de combate a essa situação a partir também de suas raízes ideológicas (NEPOMUCENO *et al.*, 2017). Assim, essa matriz de dominação ideológica e colonial subalterniza o gênero feminino, a população negra e, de forma mais intensa, as mulheres negras em situação de pobreza (BERNARDINO-COSTA, 2015).

Para fomentar estratégias de enfrentamento da pobreza e suas intersecções, é preciso avançar na compreensão dos indivíduos inseridos num dado contexto social atravessado por marcadores interseccionais que promovem maior conhecimento de suas necessidades e potencialidades. Não se pode discutir a pobreza sem uma compreensão interseccional, pois as pessoas inseridas nessa situação são atravessadas por outros marcadores históricos e estigmatizadores ideológicos. Dessa maneira, o prisma interseccional é essencial para seguir em uma compreensão aprofundada, ampliada e crítica da pobreza.

Interseccionalidade como prisma de análise da pobreza e suas intersecções

Embora não se trate, nestas linhas, de uma ampla historicização do conceito de interseccionalidade, é importante contextualizar a origem

do termo. Segundo Brah e Phoenix (2004), a perspectiva interseccional surge como uma preocupação feminista negra histórica, mas o termo foi cunhado apenas em 1989 por Kimberlé Crenshaw (1991). Essa ativista negra estadunidense propõe a interseção de marcadores sociais, ampliando o enfoque para além das opressões sexuais e tornando nítidas as desigualdades advindas do racismo, da cultura heterossexual e da estratificação da sociedade em classes. Essa perspectiva pode ser entendida como um movimento social, um prisma teórico-metodológico e uma denúncia das violências invisíveis (CARBADO *et al.*, 2013).

Interseccionalidade, como proposta por Crenshaw (2002), vincula-se à compreensão dinâmica da estruturação social, discutindo e buscando explicar a constituição das identidades a partir da inter-relação entre normas, valores, discursos e ideologias. Dessa forma, operar de modo interseccional consiste em analisar as consequências estruturais resultantes da relação entre pelo menos dois desses eixos de subordinação. Para Rodrigues (2013), a interseccionalidade permite olhar o estar no mundo evitando os riscos do “reducionismo de um princípio unificador comum, sem, contudo, resvalar para um relativismo que desloca as relações de poder envolvidas nas diversas formas de opressão” (RODRIGUES, 2013, p. 6).

Assim, operar interseccionalmente é tomar uma categoria e compreendê-la articulada a outras. É a partir disso que, de acordo com Pocahy (2011, p. 28), podemos conceber a interseccionalidade como “[...] um modo de problematizar o que nos faz humanos ou não”. Butler (2003, p. 20), por exemplo, afirma que “o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades [...] [e] se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida”.

Interseccionalidade é um conceito, um procedimento de pesquisa e, principalmente, um *ethos*. “A proposta de trabalho com essas categorias [interseccionalidade, categorias de articulação] é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades” (PISCITELLI, 2008, p. 266). Desse modo, a interseccionalidade também pode ser a proposição de um potente método

para as investigações sociais e para a compreensão da realidade, uma vez que parte de marcadores identitários eminentemente interseccionais (NOGUEIRA, 2017), e balizadores dos processos subjetivos. Dessa maneira, elegem-se as interseções da pobreza com o gênero e com a raça para maior aprofundamento dessa perspectiva interseccional.

Interseções entre gênero e pobreza

Segundo Santos *et al.* (2016), os estudos com as temáticas de gênero, especialmente no campo da Psicologia Social, têm apresentado de maneira mais evidente essa categoria multidimensional de análise a partir de três possibilidades: a primeira apresenta as vivências de homens e mulheres (sem fazer referência a gênero); a segunda apresenta gênero como uma construção social, a partir de estudos comparativos entre as diferenças entre homens e mulheres, sem levar em consideração as relações de poder; e a terceira maneira apresenta gênero a partir de uma análise que reconhece as relações de poder e as condições sociais, especialmente considerando que temos uma organização social classista, patriarcal, machista e racista, produtora de situações de desigualdades mais opressoras em relação às mulheres negras e periféricas.

Essa última perspectiva de abordar gênero favorece uma ampla compreensão crítica das desigualdades que marcam as trajetórias das mulheres. Quando as análises pontuam as questões de gênero, somente e/ou majoritariamente, por um viés que não leva em consideração as relações de poder, as possibilidades de uma análise crítica e interseccional do fenômeno tende a invisibilizar as estruturas macro e microsociais cerceadas de opressões, como também as desigualdades vivenciadas por mulheres negras em situação de pobreza. Por outro lado, quando as análises são constituídas a partir do reconhecimento dessas estruturas produtoras de desigualdades sociais, é possível o reconhecimento das estratégias de opressão vividas, como também a proposição de estratégias de enfrentamento dessas mazelas sociais. Tais enfrentamentos tornam-se possíveis à medida que há um processo de conscientização e empoderamento das pessoas colocadas nesses lugares subalternos (CASTRO *et al.*, 2017). No mesmo sentido, funciona a inserção pelas políticas públicas, especialmente as afirmativas.

Isto evidencia o gênero para além de uma questão biologicista, pois o reconhece como categoria analítica capaz de produzir privilégios e opressões (SANTOS *et al.*, 2016).

Matos (2008) também pontua sobre essa diversidade de abordagens da categoria gênero. Segundo a autora, é importante apresentar essa categoria a partir de um caráter político e emancipatório, de viés feminista, e não apenas como um conceito útil para abarcar outras teorias, como uma questão apartada e/ou um elemento somatório para embasar estudos. Dessa forma, a condição de mulher, (e em suas mais diversas expressões de ser e de sexualidades) é perpassada por uma estrutura social, econômica, histórica e cultural que a delimita em lugar de desigualdade frente ao gênero masculino. Segundo a CEPAL (2016), é necessário reconhecer que as desigualdades de gênero afetam de diferentes formas mulheres e homens e que as estatísticas, em relação às condições de pobreza, têm sido falhas ao partir do pressuposto de que a distribuição da renda dentro dos domicílios é igualitária e ao desconsiderar o valor do trabalho não remunerado.

Corroborando isto, a Comisión Económica para a América Latina y Caribe (2017) revela em seus dados sobre a América Latina que as mulheres tendem a receber menos do que os homens, mesmo ocupando o mesmo cargo e/ou emprego. Elas tendem também a ser mais vulneráveis às instabilidades das relações conjugais, pois, em casos de divórcio ou viuvez, acabam tendo mais dificuldades de se manterem financeiramente do que os homens. Outras diferenças encontram-se na própria carga horária de trabalho. As mulheres, por vezes, possuem duplas e/ou triplas jornadas de trabalho (GONZAGA, 2015). Geralmente tendem a assumir as funções domésticas, a responsabilidade pelo cuidado de filhas(os), enquanto os homens gastam menos de um terço do tempo em trabalhos não remunerados (COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE, 2017). Dessa forma, as mulheres têm sido subalternizadas dentro dessa organização social patriarcal, machista, classista e racista (MAYORGA, 2014). Assim, tomar o gênero como categoria de análise em contextos de desigualdades sociais e pobreza possibilita que se compreendam as vivências e representações sociais que as mulheres experimentam dentro dessa estrutura opressora. Possibilita-se, assim, o reconhecimento das estratégias de resistências aos efeitos dessas opressões em suas vidas, que as levam a

forjar transformações nessas relações de poder, a partir da possibilidade de um crescente protagonismo social feminino (DINIZ, MAYORGA, 2018).

Esses movimentos de resistências, segundo Macedo (2008), são relevantes para que se reconheça que, embora o classismo, o patriarcado, o racismo e o machismo sejam formas de poder estruturantes da nossa organização societária, não são impermeáveis. Políticas Públicas de transferência de renda, como o Bolsa Família, têm produzido mudanças nesse cenário, ainda que não tão profundas (GONZAGA, 2015). Isto se tornou possível, porque as mulheres têm sido as principais beneficiárias dessas políticas, o que tem ajudado em seu processo de legitimação, enquanto chefes de família, aliás, um papel social, a partir dessas estruturas patriarcais e machistas, tradicionalmente, exercido apenas por homens (MACEDO, 2008). Essas estruturas opressoras têm efeitos tão perversos para as mulheres, que inclusive deslegitimam as configurações familiares com figuras masculinas ausentes, pois não as reconhecem como família (GONZAGA, 2015). Ocorre, então, um processo perverso que favorece uma série de vulnerabilidades e violências contra as mulheres. De tal forma, é difícil produzir uma análise de situações de pobreza que não atravessem as condições de gênero (DINIZ, MAYORGA, 2018).

Dessa maneira, podemos considerar que analisar a relação entre gênero (especialmente o feminino) e a pobreza é crucial para o desenvolvimento de uma práxis voltada para a transformação social e o afrontamento das pobreza e discriminações, assim como a produção de novos possíveis e de resistências. Contudo, é importante situar que apenas a análise desses dois marcadores não é suficiente para desvelar esses processos. Se considerarmos outros marcadores como a raça, perceberemos que a interseção entre eles afeta de diferentes maneiras as trajetórias das pessoas. É notório que as situações de opressões que as mulheres sofrem em situações de pobreza se tornam ainda mais violentas e desiguais quando as mulheres envolvidas são negras.

Interseções entre raça e pobreza

Primeiramente, aborda-se a raça a partir de um parâmetro sociológico. Guimarães (2009) discorre que se trata de um conceito não

atrelado às diferenças fenotípicas, intelectuais, nem diretamente às diferenças biológicas, mas a partir de construções socioculturais e condicionantes ambientais. Baseado no mito da democracia racial, o Brasil foi estruturado ideologicamente a partir de uma cultura branca, eurocêntrica e totalmente privilegiada baseada na estigmatização da população negra. Esses privilégios advêm daqueles/daquelas colocados/as em situação de subalternidade e de trabalho escravo em prol da manutenção de uma minoria (AZEVEDO, 1996).

Essas estruturas desiguais mantêm-se, porque a sociedade brasileira ainda porta marcas da escravatura e de um período colonial constituintes da colonialidade. Quijano (2009) menciona que a sociedade moderna constitui-se a partir dessa colonialidade que se reflete nas estruturas de dominação e exploração de um grupo sobre outro, controlando e regulando as autoridades políticas e os recursos de produção. Essas relações estabelecem-se e se justificam ideologicamente a partir de fatores racializados levando à exclusão dos sujeitos não brancos.

As conjunturas políticas, econômicas e culturais contribuíram para que aqueles indivíduos ficassem imersos em um estado de anulação, desencadeando condições de vulnerabilidade e privações sociais em um racismo estrutural (ALMEIDA, 2018). Percebe-se o cruzamento entre raça e classe que condiciona esses sujeitos a serem criminalizados e marginalizados pela sociedade, gerando hierarquias, modos de vida e formas trabalho. Munanga (2017, p. 33) acrescenta que o racismo é um fenômeno presente em diversas sociedades contemporâneas, latente na cultura, nas instituições e no cotidiano das relações entre seres humanos. Ou seja, o racismo opera como uma estrutura que afeta a dinâmica da sociedade brasileira em todas as dimensões e assim constitui as formas de existência e resistência em meio a contextos de opressão.

Lima e Vala (2004) dissertam que o racismo se manifesta e se expressa de diferentes formas definidas a partir de normas sociais instauradas pelo contexto. Os autores pontuam que existem diversas expressões do racismo (racismo moderno, racismo simbólico, racismo aversivo, racismo ambivalente, racismo cordial ou ainda o preconceito sutil, entre outras). São expressões que se transformam e transmutam

em expressões de violência, surgindo a necessidade de compreender essas expressões por uma ótica interseccional. No Brasil, segundo Síntese de Indicadores Sociais realizada pelo IBGE (2018) cerca de 46,7% populações se autodeclararam pardos, e 8,2% da população brasileira se declaram negros. Ou seja, são sujeitos não brancos, cuja soma compõe mais da metade de toda a população brasileira. Campos (2013, p. 84) discorre que as categorias de pardo e negro são entendidas como não brancos, acarretando para os sujeitos que assim se declaram diferenciação de chances de vida frente à população branca.

Guimarães (2009, p. 127) aponta que, no Brasil, a cor ainda é associada a classe social, sendo estabelecidas visões verticais em torno de determinado grupo social e suas características. Instaurou-se uma hierarquia social fundada no preconceito de cor e de classe social. Convertido em números segundo o último levantamento realizado pela Agência IBGE Notícia com a Síntese de Indicadores sociais, no ano de 2017, a pobreza no Brasil atinge cerca de 54,8 milhões de pessoas em condições mínimas, estando divididos em situações de pobreza e de extrema pobreza. Os dados também apontam que o grupo em maior situação de vulnerabilidade são as mulheres pretas e pardas, computando 64,4%. Elas estavam abaixo da faixa de renda que tange o valor de R\$ 406 reais mensais (RENAUX, 2018).

Relacionar raça e classe social é pontuar experiências interseccionais, em que o indivíduo é alvo de discriminação e opressão. No entanto, essas violências podem ser mais intensas quando se trata de mulheres negras. Djamila Ribeiro (2017) disserta que a mulher negra é pensada a partir do homem e não de si, ou seja, ela se torna o outro do outro. E, quando inseridas em contexto de pobreza “[...] as mulheres negras ocupam um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da raça e do gênero, o chamado terceiro espaço, um tipo de vácuo de apagamento e contradição em um mundo polarizado em negros de um lado e mulheres de outro” (KILOMBA, 2012, p. 56).

A interseccionalidade é a ferramenta para compreender as desigualdades e como elas se estruturam frente às questões de raça e de gênero atravessadas pelo marcador de classe social. Dessa forma, devem-se desenvolver estratégias que possam contribuir a partir das ações

de caráter interdisciplinar e interseccional para aqueles/as excluídos/as por questões raciais, de gênero e de classe social.

Estratégias metodológicas interseccionais para lidar com a articulação pobreza, gênero e raça

Henning (2015) aponta que a interseccionalidade geralmente está baseada na articulação raça, classe e gênero, indicando que há um lugar comum nos modos de produzir investigações com a articulação desses três marcadores. No entanto, pelo menos em pesquisas em Psicologia Social, como indica Grzanka (2018), há uma invisibilização das questões raciais de um modo geral. Quando se tem um enfoque feminista, pode haver uma tendência de abordar uma compreensão de mulher de maneira não racializada e não periférica.

Dessa maneira, é necessário avançar nas estratégias de investigação com uma mirada realmente interseccional para o entendimento dessas dinâmicas de opressão e de resistências feministas e antirracistas em contextos de pobreza. Como proposta inicial, aponta-se a reflexividade como central na investigação. Denzin e Lincoln (2006) concebem a reflexividade como o constante autoquestionamento do/a pesquisador/a sobre seu lugar na pesquisa. Deve haver uma nitidez sobre a postura do/a investigador/a desde a escolha do tema, da estrutura metodológica, da produção do campo de pesquisa, das análises produzidas e da devolutiva planejada. No entanto, compreende-se que essa reflexividade deve também evidenciar os marcadores de que o/a pesquisador/a é constituído/a. Grzanka (2018) deslinda que a Psicologia, de maneira geral, tende a ser em sua maioria de classe média branca, composta por mulheres e homens gays. Dessa maneira, esses marcadores de classe, branquitude, gênero e sexualidade poderiam ser apresentados como construção desse lugar do/a pesquisador/a. No entanto, não é somente apresentar os marcadores. De acordo com as metodologias feministas (CHANTLER; BURNS, 2015) e com a Teoria Crítica da Raça (PARKER; ROBERTS, 2015), também se podem apresentar as experiências que os/as pesquisadores/as passaram vinculados/as aos temas investigados. Dessa maneira, constrói-se um panorama de aproximações

e de articulações dos diferentes marcadores sociais na construção da investigação em contextos de pobreza.

Além disso, deve-se também indicar a posição política da pesquisa, caso esteja focada em uma pretensa neutralidade científica ou em uma perspectiva emancipatória (DENZIN; LINCOLN, 2006). Como comentado anteriormente, a sociedade constitui-se de uma estrutura racista e patriarcal que promove uma série de violências e de silenciamentos históricos contra as classes mais pobres, as mulheres, as populações negra e indígena e suas interseções. No entanto, concebe-se que as universidades e a própria ciência, a partir da racionalidade científica, são instituições que reproduzem e mantêm essa estrutura desigual (CASTRO-GOMEZ, 2007). Portanto, deve-se apresentar um padrão normativo e crítico de denúncia contra essa colonialidade e essas construções ideológicas de hierarquias a partir do posicionamento nítido da pesquisa frente às desigualdades identitárias (ALCOFF, 2016).

Igualmente, deve-se basear esse padrão normativo na construção de uma ética da convivência das diferenças que não subjagam umas às outras. Nesse sentido, essas pesquisas com caráter interseccional também devem ser constituídas de prazer e de afeto. O pesquisador/a precisa afetar-se de maneira positiva pelos temas, campos de pesquisa e participantes. Bell Hooks (2013) indica que o afeto é revolucionário e deve fazer parte do processo de produção do conhecimento, pois deve ser uma ferramenta de resistência contra o processo de desumanização que a racionalidade científica propõe-se a promover a partir de uma estrutura racista, patriarcal e classista da sociedade.

Nesse sentido, a estrutura de pesquisa é inicialmente concebida de certo modo, mas também se baseia na constante reflexividade e afeto no processo de desenvolvimento da investigação. E pesquisas com o enfoque interseccional e crítico devem estar abertas para se tornarem ações. Ou seja, a Pesquisa Ação deve estar no horizonte do/a pesquisador/a, pois os temas de investigação baseiam-se em uma necessidade de mudança de determinado contexto, cultura e grupo que possam estar estruturados de maneira desigual e histórica. Deve-se recordar que a própria Pesquisa Ação se desenvolve de forma intensa nas lutas feministas, antirracistas e pós-coloniais (NOFFKE; ROBERTS, 2015).

Dessa forma, essa maneira de fazer pesquisa tem, em sua origem, as bases da perspectiva interseccional. Além disso, a Pesquisa Ação pode-se tornar uma Pesquisa Ação Participante em que o/a pesquisador/a junta-se aos/às participantes que podem se tornar também novos/as investigadores/as em um processo colaborativo (FALS BORDA, 2000). E, como Carbado *et al.* (2013) apontam, a perspectiva interseccional pode ser entendida como uma ação, um movimento social, uma denúncia e uma visibilidade de violências.

E também deve-se escolher quais marcadores de diferença são postos em evidência e articulados em uma investigação interseccional. Henning (2015) aponta que essa escolha não se deve ater às violências, mas também pode explicitar processos de resistência, ou, como o autor indica, “agências interseccionais” dos/as participantes. Grzanka (2018) informa que essa escolha pode ocorrer com uma aproximação do campo de pesquisa ou pode surgir dos próprios resultados de investigação. Em uma perspectiva qualitativa, pode-se escolher de forma mais evidente essas identidades interseccionais, devendo o/a pesquisador/a fazer essa escolha antes de iniciar o campo de pesquisa a partir de um ponto de vista feminista antirracista. Podem-se utilizar as narrativas orais, testemunho, etnografias visuais para dar maior visibilidade a essas trajetórias interseccionais vinculadas à situação de pobreza.

Já em uma abordagem mista ou quantitativa, Grzanka (2018) concebe que podem ser construídas análises mais justas que evidenciam as desigualdades dessas identidades em contextos de pobreza a partir da articulação da raça e do gênero. Pode-se apontar para amostras que não sejam representadas nas investigações e estejam em constante processo de invisibilização, tornando evidente essas violências cotidianas. Nas análises, podem ser realizadas Análise de Perfis Latentes (*latent profile analysis*, LPA), como também Análise Discriminante (LAVOR FILHO *et al.*, 2018), para identificar perfis vinculados a essas identidades interseccionais. Além disso, caso a amostra seja grande, pode-se realizar uma Modelagem de Equações Estruturais Multigrupo para identificar tendências específicas de determinados grupos interseccionais.

Dessa maneira, são variadas as possibilidades de uso de uma perspectiva interseccional como estratégia metodológica em diferentes

fases de desenvolvimento de uma investigação para melhor compreensão da articulação do gênero e da raça em situações de pobreza. No entanto, para finalizar, deve-se também indicar que a devolutiva da pesquisa pode ser planejada para que seja a mais colaborativa possível com as pessoas que participaram da investigação. Igualmente, deve haver o processo de tradução dos resultados da investigação para um senso comum emancipatório (SANTOS, 2011), ou seja, as pessoas devem poder compreender, apropriar-se e utilizar essas informações para suas vidas cotidianas, evidenciando os contextos de pobreza e privação. Como Ximenes, Cidade e Silva (2019) afirmam, deve-se planejar as devolutivas para que possam ter efeito político na vida cotidiana das pessoas participantes. Assim, propõe-se sair dos espaços da universidade e apresentar os resultados para as políticas públicas, organizações não governamentais, movimentos sociais e sociedade civil relacionados às questões de classe social, gênero e raça. Dessa maneira, é possível as pesquisas com caráter interseccional desenvolverem um caráter ativo, que as leve além da mera investigação e que produza efeitos concretos na vida das pessoas participantes que se encontram em contextos de pobreza, vivenciando violências interseccionais a partir da raça e do gênero.

Considerações Finais

Aponta-se a necessidade de desenvolvimento de investigações que apresentem a articulação de marcadores sociais da diferença para uma melhor compreensão da população em situação de pobreza histórica e ideologicamente invisibilizada. Propõe-se a articulação da pobreza com raça e gênero como ponto de partida a ser agregado a novos marcadores da diferença para melhor entendimento da vida das pessoas. Igualmente, as pesquisas devem ampliar suas possibilidades de realização, desde uma maior evidência da identidade interseccional do/a pesquisador/a a um viés colaborativo. Assim, tem-se um caráter ativo da investigação que busca desenvolver impactos concretos a partir das diferentes possibilidades de devolutiva. No entanto, para isso ocorrer, o processo de análise do campo e desses resultados deve evidenciar as

articulações interseccionais nos contextos de pobreza. Essas possibilidades de fazer investigação são necessárias e urgentes para uma desconstrução da universidade e da racionalidade científica como espaços de silenciamentos e opressões vinculados de maneira interseccional as classes sociais mais baixas, às mulheres e à população negra.

Agradecimentos

Agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento da pesquisa na Chamada Universal MCTI/CNPq 28/2018.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, L. M. Uma epistemologia para a próxima revolução. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016.

ALMEIDA, S. L. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AZEVEDO, T. de. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social, classes sociais e grupos de prestígio*. Salvador: Edufba, 1996.

BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v. 30, n. 1, p. 147-163, 2015.

BRAH, A.; PHOENIX, A. Ain't I a Woman? Revisiting intersectionality. *Journal of International Women's Studies* v. 5, n. 3, p. 75-86, maio, 2004.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, L. A. "O pardo como dilema político". *Insight Inteligência*, n. 62, p. 80-91, 2013.

CARBADO, D. *et al.* Intersectionality: mapping the movement of theory. *Du Bois Review*, v. 10, n. 2, p. 303-312, set. 2013.

CASTRO, R. D. *et al.* Raça, gênero e classe: notas a partir da experiência de mulheres negras de classe média na UFMG. *Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*, v. 6, n. 2, p. 99-110, out. 2017.

CASTRO-GÓMEZ, S. Decolonizar la universidad: la hybris del punto cero y el dialogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. *El giro decolonial: reflexiones para una verdad epistemica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del hombre Editores, 2007.

CHANTLER, K.; BURNS, D. Metodologias feministas. In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. *Teoria e métodos de pesquisa social*. Petrópolis: Vozes, 2015.

CIDADE, E. C.; MOURA JÚNIOR, J. F.; XIMENES, V. M. Implicações psicológicas da vida em condições de pobreza para o povo latino-americano. *Psicologia & Argumento*, v. 30, n. 68, p. 87-98, jan./mar. 2012.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE STATEMENT. All the women are white, all the blacks are men, but some of us are brave. In: HULL, G.; BELL, P. S.; SMITH, B. (ed.). Nova Iorque: The Feminist Press, 1982 [1977].

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE. *Anuário Estadístico de América Latina y El Caribe*, 2017. Disponível em: http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Social.html?pais=BRA&idioma=spanish. Acesso em: 20 fev. 2019.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE. *Autonomia das mulheres e igualdades na agenda de desenvolvimento sustentável*. 2016. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/40706-autonomia-mulheres-igualdade-agenda-desenvolvimento-sustentavel-sintese>. Acesso em: 19 abr. 2019.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero. *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DINIZ, A. G. R.; MAYORGA, C. Notas sobre autonomia e desqualificação social de mulheres prostitutas. *Psicologia & Sociedade*, v. 30, e165432, p. 1-12, nov. 2018.

FALS BORDA, O. *Acción y espacio: autonomias en la nueva Republica*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. IEPRI; Santafé de Bogotá: Tercer Mundo, 2000.

GÓIS, C. W. L. *Saúde comunitária: pensar e fazer*. São Paulo: Hucitec, 2008.

GONZAGA, P. R. B. *Eu quero ter esse direito a escolha: formações discursivas e itinerários abortivos em Salvador*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

GRZANKA, P. Intersectionality and feminist psychology: power, knowledge, and process. In: TRAVIS, C.; WHITE, J.; RUTHERFORD, A. (ed.). *Handbook of the psychology of women*. Washington: American Psychological Association, 2018.

GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e antirracismo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009. 256 p.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de

marcadores sociais da diferença. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, v. 20, n. 2, nov. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22900/pdf%27>. Acesso em: 3 jul. 2019.

HOOKS, B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: indicadores apontam aumento da pobreza entre 2016 e 2017*. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

KILOMBA, G. *Plantation memories: episodes of everyday racism*. Munster: Unrast Verlag, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/w3ZbQh>. Acesso em: 8 jul. 2019.

LAVOR FILHO, T. L. de *et al.* Análises interseccionais a partir da raça e da classe: medo do crime e autoritarismo no Brasil. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 38, p. 223-237, 2018. Número especial 2.

LIMA, M. E. O.; VALA, J. As novas expressões do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, v. 9, n. 3, p. 401-411, 2004.

MACEDO, M. dos S. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. *Caderno CRH*, v. 21 n. 53, p. 398-404, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n53/a13v21n53.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2019.

MARTÍN-BARÓ, I. *Acción e ideología: psicología social desde Centro America*. San Salvador: UCA editore, 1983.

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, p. 333-357, maio/ago. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 6 jul. 2019.

MAYORGA, C. Algunas contribuciones del feminismo a la psicología social comunitaria. *Athenea Digital. Revista de Pensamiento e Investigación social*, v. 14, n. 1, p. 221-236, mar. 2014.

MOURA JÚNIOR, J. F. *et al.* Concepções de pobreza: um convite à discussão psicossocial. *Temas em Psicologia*, v. 22, n. 2, p. 341-352, dez. 2014.

MUNANGA, K. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: Kon, N. M.; SILVA, M. L. da; ABUD, C. C. *O Racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017. 304 p.

NEPOMUCENO, B. B. Bem estar pessoal e sentimento de comunidade: um estudo psicossocial da pobreza. *Pesquisa em Psicologia*, v. 11, n. 1, p. 74-83, jan./jun. 2017.

NOFFKE, L.; ROBERTS, L. Pesquisa de ação. In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. *Teoria e métodos de pesquisa social*. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 141-149.

NOGUEIRA, C. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires, 2017.

PARKER, L.; ROBERTS, L. Teoria crítica da raça e seu uso na pesquisa em Ciências Sociais. In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. *Teoria e métodos de pesquisa Social*. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 121-130.

PISCITELLI, A. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008.

POCAHY, F. A. Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática conceito feminista. *Textura*, Canoas, v. 13, n. 23, p. 18-30, jan./jun. 2011.

QUÍJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. *Epistemologia do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

RENAUX, P. Pobreza aumenta e atinge 54,8 milhões de pessoas em 2017. *Agência IBGE Notícias*, 5 dez. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017>. Acesso em: 5 jul. 2019.

RIBEIRO, D. *O que é o lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017. 112 p.

RODRIGUES, C. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. *Anais eletrônicos* [...]. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384446117_ARQUIVO_CristianoRodrigues.pdf. Acesso em: 5 maio 2015.

SANTOS, B. de S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, L. C. dos *et al.* Gênero, feminismo e psicologia social no Brasil: análise da revista *Psicologia e Sociedade* (1996-2010). *Psicologia e Sociedade*, v. 28, n. 3, p. 589-603, 2016.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, M. O. da S. O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. *Revista de Políticas Públicas* v. 6, n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/3720/1753>. Acesso em: 8 jun. 2019.

XIMENES, V. M.; CIDADE, E. C.; SILVA, G. R. G. Research in Psychology in the contexts of poverty: for what and for whom? *In*: XIMENES, V. M. *et al.* *Psychosocial implications of poverty: diversities and resistences*. Puducherry India: Springer, 2019. p. 12-22.